



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO - POPULAÇÕES INDÍGENAS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS
ASSESSORIA PERICIAL**

RELATÓRIO TÉCNICO Nº /2015/6ªCCR/Asper

REFERÊNCIA	Projeto MPF em Defesa da Escola Indígena
SOLICITANTE	Natália Lourenço Soares, Procuradora da República
INTERESSADO	Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, Sub Procuradora da República e Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão
EMENTA	Resumo analítico do diagnóstico do Censo Escolar de 2014, tendo como referência a educação indígena

O projeto MPF em defesa da educação indígena objetiva avaliar o Censo Escolar naquilo que se refere a educação básica e ensino médio para populações indígenas. Já há alguns anos, o Censo Escolar é o principal parâmetro para o planejamento e avaliação da educação no Brasil. No entanto, a realidade indígena guarda uma enorme diferença da educação não indígena, fazendo com que os formulários utilizados para a coleta de dados e os procedimentos de preenchimento possam não expressar o cotidiano das escolas indígenas.

Dessa forma, o projeto escolheu fazer um amplo diagnóstico dividido em duas fases: A primeira avaliou os dados do Censo Escolar, naquilo que se refere a educação indígena, a fim de ter um quadro geral das respostas declaradas. A segunda fase concentrou-se em avaliar a aplicação dos formulários Cadastro de Escola, Cadastro de Aluno, Cadastro de Turma e Cadastro Profissional Escolar em sala de Aula.

1. O quadro numérico da educação escolar indígena no Censo Escolar

Considerando que o Censo Escolar é uma pesquisa, apesar das eventuais falhas metodológicas apresentadas na segunda fase deste diagnóstico, podemos perceber um quadro crítico quando avaliamos os dados numéricos referentes a educação indígena.

1.1 - Escola Indígena

Um dos pontos críticos do Censo Escolar é a ausência de definição de escola indígena. No Censo Escolar não existe uma pergunta direta se a escola é uma escola indígena, podendo gerar uma certa confusão conceitual, na medida que a pergunta que indica a qualidade da escola está expressa em duas variáveis: 45) Localização Diferenciada da Escola - Terra Indígena. 47) Oferece educação indígena – Sim/Não¹

Percebe-se, claramente, que a segunda resposta é mais inclusiva, envolvendo as escolas localizadas em terras indígenas independente da sua qualificação em termos de regularização, já que a primeira pergunta, pressupõe que as terras indígenas estejam demarcadas. Porém, a ambiguidade dessas duas perguntas pode provocar certa confusão, na medida que escolas não indígenas podem ofertar conteúdos referentes a educação indígena, não sendo escolas indígenas.

A raiz dessa confusão pode também implicar em equívocos de implementação de política públicas, já que o Censo é referência para descentralização de recursos em vários programas governamentais. A merenda escolar é um bom exemplo dessa situação, pois o FNDE afirma utilizar

¹ Segundo o próprio caderno de Instruções do Censo Escolar 2015, página 40 e 42, respectivamente, a explicação dos questionamentos é:

“45. Localização diferenciada da escola*

Neste campo, deve ser informado se a escola se localiza ou não em área diferenciada, de acordo com as especificações a seguir:

Terra indígena: **Área demarcada** como território indígena, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, utilizada para suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários para seu bem-estar e essencial para sua reprodução física e cultural, de acordo com seus usos, costumes e tradições.

Área remanescente de quilombos: Área que abriga os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada à resistência à opressão histórica sofrida. Essas áreas são demarcadas e reconhecidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e certificadas pela Fundação Palmares.

47. Educação indígena*

A educação escolar indígena é oferecida exclusivamente para alunos indígenas. As escolas indígenas podem estar localizadas em terras ocupadas pelos índios, em qualquer processo de regularização ou até em áreas urbanas. Os professores dessas escolas são prioritariamente indígenas, e o ensino pode ser ministrado em língua portuguesa ou indígena e, de preferência, utilizando materiais didáticos específicos e diferenciados. As escolas indígenas são consideradas pelo Conselho Nacional de Educação (Resolução nº 03/CEB-CNE/1999) uma categoria específica de estabelecimento escolar e, por isso, possuem autonomia pedagógica, organizativa e gerencial. As opções disponíveis são:

Sim. A escola oferece educação indígena.

Não. A escola não oferece educação indígena.

a pergunta 45 como parâmetro de classificação das escolas indígenas, o que exclui as escolas que estão em terras indígenas ainda em identificação, ou mesmo já delimitadas.

1.2 - Regulamentação/Autorização no conselho ou órgão municipal, estadual ou federal de educação

A regulamentação das escolas é um dos principais elementos para descentralização de recursos e mesmo para a contratação de professores, pois garante um espaço de existência das escolas dentro do quadro administrativo dos estados e municípios. Por consequência, é por meio da regulamentação que ocorre a aprovação dos Projetos Políticos Pedagógicos, o que garante a especificidade da educação indígena por instituir planos de ensino diferenciados.

Em termos de dados, pode-se observar que apenas 54,4% das escolas indígenas no Brasil encontram-se regulamentadas, sendo que 29,9% alegam que estão com a documentação em tramitação e 15,62% não estão regulamentadas.

1.3 - Escolas Anexas

Devido a dificuldade de regularização escolar e mesmo diante da incapacidade de investimento dos estados e municípios na educação escolar indígena, um quadro bastante comum a existência de salas de aula, ou mesmo escolas, sem a devida existência formal. Entende-se por existência formal constar o dado no Censo Escolar, sendo que efetivamente, tais escolas estão “vinculadas” a outras que estão declaradas no censo. Dessa forma, individualmente, tais salas de aula e escolas não existem, pois sua infraestrutura e qualidade de ensino é atribuída a outra escola, tendo apenas contabilizado a quantidade de alunos e funcionários. Uma das justificativas para a existência dessa situação é burlar a necessidade de contratação de diretores, na medida que as escolas anexas acabam sendo totalmente administradas pelos professores ou pela comunidade

1.4 - Alimentação escolar

O total de escolas que declaram possuir educação indígena é 3138 escolas, sendo que apenas 20 (0,6%) declaravam não receber merenda escolar o que indica um eventual erro de compreensão no preenchimento ou falta de clareza na pergunta. É interessante notar que das escolas que não recebem merenda escolar, cinco estão na Bahia e quatro em Pernambuco (locais que possuem acesso terrestre), diferente das 1011 escolas no Estado do Amazonas ou das 360 no Estado de

Roraima. Possivelmente, tal discrepância de dados reflete um erro metodológico, decorrente do preenchimento realizado, em sua maioria, pelas Secretárias Municipais e Estaduais de Educação.

1.5 - Infraestrutura

Em termos de infraestrutura, os dados apresentam sérios problemas, já que 938 escolas não possuem prédio próprio, sendo 479 funcionam em local improvisado como galpão, rancho, paiol ou barracão. Além disso, observa-se que o abastecimento de água e energia indica uma enorme vulnerabilidade. Das 3138 escolas, 290 funcionam sem abastecimento de água, 58,4% das escolas não consomem água filtrada, sendo que 1404, ou seja, 44,7% das escolas indígenas, consomem água de rios, igarapé, riachos e córregos. Já em termos de abastecimento de energia elétrica, 41% das escolas em todo país não possuem energia.

1.6 - Educação Intercultural

A legislação referente educação indígena, quebra um paradigma assimilacionista e busca alcançar uma educação intercultural. Ocorre que na prática, das 3138 escolas existentes, apenas 67,4% são bilíngues, o que não significa, necessariamente, que haja um ensino na língua nativa, pois apenas 259 escolas, ou seja, 8% das escolas ensinam dessa forma. Este dado se soma a ausência de material didático específico, no qual 51% das escolas não contam com qualquer material didático para ensinar a educação indígena.

1.7 - Ensino Médio e EJA

Apenas 9% das escolas nas comunidades ofertam ensino médio regular. Já na modalidade educação para jovens e adultos o número cai para 24,2%, sendo que 1/3 das escolas que ofertam ensino médio também ofertam EJA.

2. Avaliação da aplicação dos formulários

Na segunda fase do diagnóstico, procurou-se analisar a forma com que se deu o preenchimento dos formulários utilizados no Censo Escolar, o que fez com que uma equipe de antropólogos e auditores do TCU visitassem três terras indígenas, a fim de ter uma pequena amostra

e efetivar o cruzamento de dados. Ao todo foram visitadas 32 escolas indígenas, sendo, 22 no Amazonas (19 escolas indígenas dos municípios São Paulo de Olivença, Benjamin Constant e Tabatinga e 3 escolas nos municípios de Amaturá e Santo Antônio de Içá), 03 no estado do Mato Grosso (Nambikwara), todas no município de Comodoro e 07 no estado de Pernambuco (Xucuru), todas no município de Pesqueira. Além disso, foram ouvidas seis secretarias estaduais de educação.

2.1. Preenchimento

Em campo, a equipe pode observar que os formulários estavam longe de retratar as escolas indígenas. O preenchimento dos dados, na maior parte das escolas visitadas, ficam concentrados nas secretarias de educação do município ou do estado, já que poucas escolas contam com energia e o formulário tem que ser encaminhado via internet. Vários professores, alunos e gestores, nunca tiveram contato com as perguntas formuladas, se mostrando surpresos com a existência do formulário. Mesmo aqueles gestores que já haviam tido contato demonstraram incompreensão das perguntas, o que indica a falta de instrução e clareza do instrumento escolhido pelo INEP, além da falta de adaptação em termos de linguagem a fim de superar barreiras culturais e linguística.

2.2. Alimentação escolar

Com a reaplicação dos questionários em campo, podemos observar também inconstância de dados, sendo que alguns pontos merecem destaque. O primeiro é a da distribuição da merenda escolar. No Censo Escolar a pergunta referente a merenda escolar está formulada da seguinte forma: “Oferece alimentação escolar” A resposta é “Sim ou Não”. Na visita à campo, dezenas de escolas dos Tikuna e duas escolas entre os Nambikwara estavam com o horário reduzido pela ausência de merenda escolar. Todas as escolas relataram que a distribuição de merenda escolar é inconstante, sendo que em Tabatinga é comum ocorrer apenas uma vez por ano. Logo, os gêneros alimentares são poucos e não correspondem a carga calórica diferenciada que a legislação exige, não havendo um cardápio diferenciado. Com a pergunta de sim ou não, tal como consta no Censo Escolar induz ao entrevistado marcar positivamente, caso, em algum momento do ano, houve distribuição de merenda escolar, mascarando a precária realidade.

2.3. Infraestrutura

Os dados sobre infraestrutura são também frágeis. Dezenas de escolas funcionavam em

casas cedidas pela famílias indígenas, na forma de escolas anexas. Entre os Nambikwara, das 6 escolas existentes, todas estavam em situação precária. Porém, no Censo constava a existência de apenas uma escola. A escola declarada no Censo já havia sido desativada há 2 anos e as demais escolas não foram declaradas, constavam apenas como potenciais salas de aula da escola inativa. Ou seja, quase nenhum dado constante no Censo se referia a realidade encontrada.

2.4 - Professores

A contratação de professores é um dos problemas mais comuns e mais recorrentes. Considerando as escolas visitadas, a totalidade dos professores em atividades atuava por meio de contratados temporários. Enquanto em Pernambuco, os contratos são efetuados por uma seleção local precária que contava com a participação das comunidades e lideranças Xucuru, tendo interrupção em seus salários no entre-períodos letivos (férias), no Mato Grosso e no Amazonas, os processos de seleção são ainda mais precários, sem a participação das comunidades locais e sem critérios que atentem para a diversidade do grupo.

2.5 - Evasão Escolar

A ausência de uma educação intercultural diferenciada, a falta de estrutura adequada, principalmente de merenda escolar, aliada a pouca quantidade de escolas indígenas de ensino médio, vem provocando evasão de alunos indígenas para centros urbanos. Este fenômeno foi sensivelmente observado nas escolas visitadas, porém pouco encontra-se refletido nos dados do Censo Escolar, na medida que os números referente a quantidade de matrículas não são de total confiança. Na prática, existe um subregistro de alunos, em decorrência da precária oferta de educação, ou seja, é comum a existência de alunos não matriculados, por não estarem em idade escolar, ou mesmo alunos que já ultrapassaram a idade escolar para o ensino fundamental, estarem frequentando as escolas, sendo alunos “irregulares”.

Conclusões

Da forma que está estruturado o Censo Escolar existe uma enorme distancia de uma pesquisa quantitativa que reflete a realidade da educação escolar indígena. O Censo acaba sendo um instrumento indicativo de gestão, na medida em que não há preocupação quanto aos critérios declaratórios de preenchimentos, ou mesmo de validação de dados. Os dados do Censo Escolar refletem predominantemente o domínio e a leitura dos gestores dos sistemas de ensino e como tal, expressam também seus interesses. O preenchimento não tem como objetivo estar ancorado em uma realidade, mas dar a ideia que a gestão é “boa”, por isso os dados apresentam uma realidade melhor do que efetivamente existe. O dados de maior confiança no Censo são o da quantidade de matriculas por aluno. Mesmo nesse critério, o sistema parece excluir automaticamente alunos que estão acima de 14 anos no ensino fundamental e que não estão inseridos no programa EJA.

Em termos de educação escolar indígena as falhas de preenchimento são graves, sendo comum as informações se concentrarem em diferentes divisões dentro da secretaria de educação, não havendo comunicação entre os setores. Por exemplo, um setor cuida da merenda escolar, outro setor cuida da educação indígena, e outro setor cuida dos dados de preenchimento do Censo Escolar, na prática, o diálogo entre os setores ocorre de forma precária, não contando com a participação dos diretores, professores e alunos, inexistindo o controle social.

De fato, os professores, funcionários das escolas e alunos, de forma geral, desconhecem os formulários do censo escolar. Quem assina os dados, na sua maior parte, são funcionários das secretarias municipais e estaduais que nunca tiveram contato direto com a educação escolar indígena, simplesmente pela condição básica do Censo implicar no preenchimento em plataforma do Educacenso na web, permitindo apenas 6% das escolas encaminharem diretamente os dados, sendo este o número declarado de escolas que possuem acesso a internet.

Ainda em termos de preenchimento, algumas medidas simples já provocariam uma modificação substancial. Uma delas é a indicação que o preenchimento dos formulários deve ser feito diretamente pelos professores e diretores, de forma que fique evidente em algum campo, quem foi o responsável por seu preenchimento, especificando o nome e cargo do responsável pela inserção no sistema.

Outro ponto a ser evitado, como o campo no Amazonas demonstrou, é o auto preenchimento dos dados. Ou seja, quando o gestor vai atualizar os dados anualmente, o próprio sistema já apresenta os dados do ano anterior. Tal situação, para o gestor menos bem intencionado, pode livrá-lo de coletar os dados nas escolas.

Por fim, há de se observar o peso dos programas governamentais de complementação de

renda baseados na frequência escolar dos alunos. Observa-se, nos últimos anos, uma grande expansão de acesso a tais programas pelas comunidades indígenas. O impacto de tais programas para a educação escolar indígena é enorme, pois envolve um grande sacrifício por parte da família do aluno indígena para manter a frequência regular da criança.

Ou seja, enormes distâncias tendem a se enfrentadas pelo transporte escolar, ou, em alguns casos, vem provocando o deslocamento de famílias inteiras para próximo das escolas, ocasionando diversas complicações na organização social dos grupos e no sistema cosmológico, fenômeno esse que pode ser classificado com uma espécie de escolarização do modo de vida do grupo, sendo o oposto do que pressupõe uma educação intercultural.